

GAME OF NEWS OU OS ECOS DA DISPUTA DA COROA: REPRESENTAÇÕES EM TORNO DO CONFLITO DE D. MIGUEL E D. PEDRO IV NO JORNALISMO PORTUGUÊS A PARTIR DA IMPRENSA DE GANDRA & E FILHOS E DA IMPRESSÃO RÉGIA ENTRE 1828-1834

André Pequeno dos Santos[1]

Resumo
Quando da morte de D. João VI em 1826, Portugal se viu diante de um impasse: a quem era legítima a sucessão: a D. Pedro I (em nome da filha, D. Maria) ou D. Miguel? Pois entre os anos de 1828 a 1834, se verificou em Portugal a intensificação dos debates na imprensa relativos a sucessão da coroa e as causas políticas em jogo, inflamadas pela Guerra Civil que opunha irmãos, súditos e projetos políticos radicalmente distintos. Nossa proposta é a de investigar os ecos, a reverberação e as formas de representação oficial/oficiosa publicadas pelos agentes situados no macroorganismo da(s) Casa(s) Real(is) a partir das publicações periódicas que direta ou indiretamente estavam associadas ao discurso político de monarquistas e liberais. Para tanto, parte da análise dos principais textos produzidos no período pela Impressão Régia (pró-monarquia, Lisboa) e pela Imprensa de Gandra & Filhos (liberal, Porto), e que compreendem folhetos, jornais, opúsculos e cartas. Foi possível identificar a transferência das ações belicosas que se travaram no campo e na qual os redatores trabalhavam habilmente a partir de uma lógica de agendamento, que ora infamava em benefício de uma causa, ora travava por difamar e intensificar as agressões sob a outra.

Palavras-chave: História. Representações. Imprensa.



Figura 1: The Civil War in Portugal bringing into conflict Pedro I (1798-1834) Emperor of Brazil and King of Portugal and Dom Miguel (1802-66) (Honoré Daumier, 1833)

[1] Mestre em História pela Universidade de Lisboa. Contato: pequenoroyale@gmail.com



Introdução

A imagem apresentada logo acima é, ao menos para o contexto português, uma das maiores perolas de Honoré Daumier (1808-1879), um dos expoentes máximos do caricaturismo do século XIX. Bem reputado pelas sátiras e críticas dos costumes políticos, culturais e sociais do seu tempo, este francês nascido em Marselha representa nesta obra, datada de 1833, um dos momentos-chave do Portugal moderno: a disputa pela coroa entre os irmãos D Pedro IV e D. Miguel. Carregada de todo tipo de simbologias e significados, ocultos ou não pela argúcia de Daumier[2], a imagem é apenas uma mostra, no campo do periodicismo, das questões políticas que mesmo no estrangeiro, não eram de todo estranhas aos conflitos existentes em território português. A caricatura de traço político-satírico é apenas um dos componentes utilizados no periodicismo para retratar as várias tensões decorrentes das disputas centrais na monarquia (e para além dela, evidentemente, da sociedade de forma geral)[3].

As publicações periódicas especializadas, em paralelo com livros, opúsculos, cartas abertas, folhetos, notas, e mesmo a representação imagética tomaram conta do coletivo comunicacional português - mesmo que de facto ainda não totalmente

[2] Ora, temos os dois meninos, Pedro (a esquerda) e Miguel (a direita) segurados, respectivamente, por Luis Felipe I (1773-1850), rei da França e, ao que tudo indica, Czar Nicolau I (1796-1855) ou Francisco II da Áustria (1768-1835). Mas ainda que tomados pela incerteza da figura «misteriosa» que contém um esbravejado D. Miguel, podemos identificar, pela disposição das personagens que compõem a caricatura, algumas das questões que Daumier nos proporcionou explorar. Primeiro, que de facto, trata-se de uma alegoria crítica referente as tensões decorrentes da crise de sucessão da coroa portuguesa, desencadeada com a morte de D. João VI. Cada um dos «adultos» segura as respetivas crianças, num gesto que flerta com uma mal fingida repreensão, mas que também parece indicar para um movimento futuro de contenda, de incentivo e, de certa forma proteção. Luis Filipe, como se a tudo orquestrasse, indica com sua mão em riste a coroa, segurada, todavia, com toda força por um D. Miguel, aparentemente ultrajado, mas preparado para lutar a qualquer custo, ainda que contra o seu irmão, desterrado dos títulos portugueses ao ser parte fundamental na separação do Brasil frente a Portugal. D. Pedro IV, por sua vez, não parece de facto a mirar a coroa, uma vez que seu olhar parece perscrutar o irmão. Estaria aqui oculta (ou mesmo cifrada) a causa em beneficio da filha, D. Maria II e por isso não observamos um olhar direto para a figura simbólica e representativa que marca o contexto da peça? Trata-se, pois, de conjeturas, de interpretações da obra que, acreditamos, cabem nas mais amistosas e acaloradas discussões, seja as de 1833 ou mesmo nos tempos atuais.

[3] O movimento caricaturista europeu, mais precisamente das relações de Napoleão Bonaparte e os ingleses foi fruto de uma exposição e de brilhante catálogo publicado pelo British Museum que marcou os 200 anos da Batalha de Waterloo. No livro, para além das mais de 200 caricaturas representando Napoleão, William Pitt, Wellington, entre outros, temos a indicação de como a imprensa, mais precisamente por parte da imagética, foi utilizada como importante mecanismo de publicidade e promoção moral e nacional, ao mesmo tempo promotora do descrédito, das provocações e do deboche a partir dos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais do momento. Para mais ver, Clayton; O´Connel, 2015, pp.7-242.



instruído - e fez, principalmente a partir de 1808[4], revitalizar os princípios de uma esfera pública mais participante frente aos acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos do Reino. Se Daumier, mesmo a produzir da França, teve a sensibilidade de captar os momentos de tensão decorrentes da sucessão em Portugal, quais e quantos os subsídios não teriam os portugueses para reproduzir, sob as mais variadas formas e tonalidades, estes mesmos conflitos e tantos outros além?

Pois entre os anos de 1828 a 1834 se verificou em Portugal a intensificação dos debates na imprensa relativos a sucessão da coroa e as causas políticas em jogo. O periodicismo encontrava-se, de facto, em polvorosa, e de lado a lado, muitos eram os agentes noticiosos que se colocaram a serviço dos beligerantes, engendrando e intensificando a polarização política em torno da sensível e polêmica questão da sucessão de D. João. Nossa proposta, pois, é a de investigar os ecos, a reverberação e as formas de representação oficial/oficiosa publicadas pelos agentes situados no macroorganismo da(s) Casa(s) Real(is) a partir das publicações periódicas que direta ou indiretamente estavam associadas ao discurso político de monarquistas e liberais, principalmente entre os anos de 1828 a 1834.

O planfletarismo político em nome de causas: a defesa da tradição x os movimentos de apoio a Renavação Liberal

É muito possível que não tenha existido nos trinta e um primeiros anos do século XIX português figura mais polémica e controversa que José Agostinho de Macedo (1761-1831)[5]. Homem de formação religiosa no Convento da Graça, em Lisboa, na qual professara na regra dos eremitas de Santo Agostinho, Macedo logo cedo deu mostras da sua inegável capacidade oratória[6]. Suas pregações eram acompanhadas com entusiasmo, disputadas e muito elogiadas, seja por seus pares, seja ainda pela população leiga; de facto, impressionante eram a sua prodigiosa memória e a capacidade de argumentação. Segundo Marques, «corria que nunca

[4] Tengarrinha fala do florescimento de uma literatura de resistência a partir de 1808, no rescaldo das invasões francesas o que acaba, igualmente por aprimorar a atividade impressa em Portugal como um todo. Tengarrinha, 2011, pp.156-156.
[5] De acordo com Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, Macedo era filho de «Francisco José Tegueira, primeiro marido de Angelica dos Seraphins Freire». Leal, 1873, p. 365.
[6] Marques, 1992, pp. 247-250.



estudava os sermões e, dotado de uma memória prodigiosa, chegava a pregar sete e oito sobre o mesmo assunto e no mesmo dia[7].»

Mas José Agostinho de Macedo também era um leitor contumaz. E de sua parte também empunhava a pena para defender, entre outras matérias, o regime monárquico[8], mas principalmente – e consequentemente – atacar o periodicismo que se fazia avolumar em Portugal, principalmente com a linha de publicações que faziam ecoar os valores revolucionários no curso das invasões francesas que se faziam à porta portuguesa (e mesmo após as malogradas investidas de Massena)[9].

A calamidade revolucionária que ameaçava grassar Portugal já em 1807, talvez tenha sido o grande agente impulsionador para que Macedo mergulhasse de forma definitiva no cada vez mais crescente e efervescente periodicismo político[10]. Se o papel de José Agostinho de Macedo na produção de sermões e mesmo obras impressas foi bastante reconhecido ao longo do curso das invasões francesas e da fuga da Família Real para o Brasil, num período que compreende os anos de 1808 a 1814, seria, pois, uma segunda fase da sua laboriosa atividade de escritor que o levaria para os caminhos da polêmica, contradição, sedição e das «batalhas» abertas travadas para com outros redatores, mais precisamente os seus grande inimigos liberais-revolucionários[11].

---

[7] Ibid, p. 248.

[8] Não atoa que Macedo fora pregador régio e acabaria ainda por desempenhar, ao longo de sua atribulada vida, censor régio, tendo por fim sido nomeado por D. Miguel, por alvará de 14 de junho de 1830 da Mesa Desembargo do Paço, Cronista-Mór do Reino.

[9] Pereira, 1992, pp. 305-312. Aqui o autor explora (mais uma) rivalidade de José Agostinho de Macedo, desta feita com o beneditino Mateus de Assunção Brandão, no caso igual defensor do absolutismo monárquico.

[10] Macedo, contudo, tinha um trunfo a seu favor: podia tanto fazer suas mensagens e suas opiniões chegarem pelos jornais, por via impressa, como pelo púlpito, por via oral. Ora, chegou mesmo a entrelaçar estes dois domínios, tendo sido alguns dos seus muitos (e populares) sermões impressos de forma insistente em tão oportuno momento. Conhecemos textos impressos relativos à expulsão do exército de ocupação em 1808 (duas obras), uma obra depreciativa a respeito da entrada do General Massena (8 de agosto de 1811) nas suas reiteradas tentativas de cruzar a fronteira, dois sermões congrulatórios, datados de 1814, que se comemorava, finalmente o estado de paz que se vislumbrava na Europa graças a derrota de Napoleão e o Tratado de Paris. Marques, *op. cit*. p.249.

[11] Principalmente após a promulgação da Constituição Liberal de 1822, que nos seus parágrafos 7 e 8 dava os dispositivos necessários para o justo exercício da liberdade de expressão. Art. 7º: A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o Português pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar. Art. 8 º: As Cortes nomearão um Tribunal Especial, para proteger a liberdade da imprensa, e coibir os delitos resultantes do seu abuso, conforme a disposição dos art. 177 e 189. Quanto porém ao abuso, que se pode fazer desta liberdade em matérias religiosas, fica salva aos Bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma e moral, e o Governo auxiliará os mesmos



. Seu posicionamento é claro[12]: o periodicismo (mais precisamente aquele de cunho liberal) e seus «periodiquieiros» formam a verdadeira «bostela da ignorância», uma ignorância que não é nem a dos que carecem das luzes e da instrução, como também não é daquela fração pobre da população, impossibilitada de comprar livros, os verdadeiros relicários da ilustração e conhecimento na argumentação *macediana*. José Agostinho de Macedo, pois, fala «daquela ignorância em que os mais campanudos de Politica, e Publicismo existem a respeito da índole, do caracter, e dos sentimentos da Nação para quem escrevem, e que elles querem, ou dizem que querem, ilustrar.»[13]

De facto, José Agostinho de Macedo gozava de grande reputação entre os monarquistas, e munido das licenças da comissão de censura, publicava as suas obras seja na Impressão Régia ou ainda nos prelos lisboetas, sendo uma voz estridente em meio ao período de ebulição e de consequente êxito liberal com a Revolução deflagrada no Porto em 1820[14].

Sendo o Porto a capital liberal e revolucionária da qual seus princípios irradiavam por todo reino, coube também à cidade Invicta a produção de alguns dos principais periódicos em defesa do movimento que ali se tinha reclamado para o

---

Bispos, para serem punidos os culpados. A Constituição de 1822 pode ser acessada na integra a partir do seguinte link: http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1822t1.html

[12] E fica explicitado numa segunda fase das suas publicações, algures entre os anos de 1820 a 1826 em que produziu alguns opúsculos críticos à atividade periodicista e a liberdade de imprensa (principalmente a partir da instituição das Comissões de Censura, em 1822). Entre seus principais textos, destacam-se Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro, Reforço ao Cordão da Peste e os Exorcismos contra Periódicos e Outros Maléficos, todas obras publicadas em 1821, já sob «influência» do regime liberal.

[13] Macedo, 1821, pp.9-10, BNP, cota H.G. 14929//15 P.

[14] Entre os anos de 1818 a 1823 podemos recuperar as seguintes publicações cuja autoria remetem a Agostinho de Macedo (fazendo uso ou não de um pseudônimo, como no caso da *Carta de um Manoel Alves Fogaça*): *Jornal Enciclopédico de Lisboa*, publicação que durou apenas 1 ano, entre os meses de janeiro a dezembro de 1820 (Tengarrinha, op. cit., p. 318); *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro*, *Reforço ao Cordão da Peste* e os *Exorcismos contra Periódicos e Outros Maléficos* de 1821 e publicados todos na Officina da Viúva de Lino da Silva Godinho, em Lisboa; *Gazeta Universal*, publicado entre os anos de 1821 a 1823 em associação com seu companheiro Joaquim José Pedro Lopes, na qual Macedo ainda intitularia uma série de cartas em defesa das Leis Fundamentais, do trono, altar, dos Três Estados e, evidente, a monarquia (*Carta de J. A. D. M. seu amigo J. J. P. L.*, publicadas em 1827 pela Impressão Régia. BPMP, cota W3-8-16); *Syomfinia de cochicho com corno inglez obrigado, ou o anão dos assobios ao Padre Medrões Teimoso*, *Hum quarto de palavra sobre o Padre, ou o vergalho de Mariolas*, *Segunda gaitada do Anão dos Assobios*, *Gaitada quarta, e última ao R.mo Sr. Fr. José da Encomenda: Registo e Gallo (O Anão dos Assobios)*[14], de 1822, publicadas por sua vez na Typografia de António Rodrigues de Galhardo, coautor, inclusive, das duas últimas peças (BPMP, cota W3-8-16). Macedo fora ainda colaborador no periódico de orientação absolutista Gazeta Mundial a partir do ano de 1821 (Sousa et. al., p. 88) e também o responsável pela *A Tripa Virada*, publicada na fictícia *Officina da Horrorosa Conspiração* no ano de 1823.



reino. E já neste período surgiria a figura de João Nogueira Gandra, um dos defensores mais fieis dos princípios liberais[15], que possuindo tipografia e sendo mesmo redator, colaborou com a publicação de alguns dos mais celebrados jornais do período[16].

Em linhas gerais, os debates políticos no periodicismo português já estavam para além da simples ameaça revolucionária apresentada ao mundo pelos franceses. Grassava mesmo em Portugal os princípios do liberalismo, que com a liberdade de imprensa introduzida com a Constituição de 1822, viu um já crescente movimento tipográfico aumentar e ganhar mais corpo, sendo conferível igualmente a observação da imprensa antirrevolucionária, de princípios monárquicos, realistas, capitaneada por José Agostinho de Macedo.

O terceiro e derradeiro momento das questões políticas no periodicismo português acabaria por acontecer dali alguns anos, quando da morte de D. João VI em março de 1826. Se colocava em questão uma delicada questão: a quem caberia a sucessão do falecido monarca? Ao primogênito D. Pedro, apartado da vida política e pública portuguesa ao jurar sob as margens do Ipiranga a Independência do Brasil? Ou a D. Miguel, aquele que anos antes atentara contra o próprio pai em tentativa fracassada de golpe na famosa abrilada? Das discussões políticas à guerra civil, o periodicismo português estava a par de tudo, polarizado não apenas entre liberais e monarquista, mas também entre dois proeminentes defensores dos valores e das personagens em causa.

Game of news: os ecos da sucessão da coroa em pauta e na causa periodicista em portugal

[15] Não conseguimos, infelizmente, recuperar a biografia deste ilustre defensor dos princípios liberais e mais adiante da causa de D. Pedro IV e D. Maria II. O que sabemos, pois, foi que posteriormente, no Registo de Mercês de D. Pedro V, Nogueira acabaria sendo agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo, graças, evidentemente, aos serviços prestados à causa de D. Maria II. ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Pedro V, liv.3, fl.128v.

[16] Da Tipografia de Gandra (que mais tarde se tornaria Tipografia de Gandra & Filhos) e de sua lavra, destacam-se *A Borbolêta dos Campos Constitucionnaes* (1821), *Borbolêta Constitucional* (entre os anos de 1821 a 1822), *Borboleta Duriense* (1823) e de certa forma, obras continuadas uma da outra, no que nos fica indicado que o *Borboleta Constitucional* acabaria mesmo por ser continuado pelo Diário do Porto (1828). Sem contar ainda com o satírico *O Cidadão Liberal rindo com a sua sanfona dos Corcundas Portuguezes* (1823) de Francisco Joaquim Bingre.. Tengarrinha, op. cit., p. 342.



E é pelo falecimento de D. João VI que os infortúnios portugueses do século XIX tornam a aparecer (se é que de facto tivessem passado)[17], culminando com a Guerra Civil que oporia irmãos e seus ideais entre os anos de 1828 a 1834. O periodicismo politico tornaria a assumir papel de destaque ao fomentar as discussões políticas e mesmo os comportamentos morais daqueles que defendiam e/ou profanavam as causas em evidência.

O eixo principal da questão, assente no seio da instituição real, partia de uma simples pergunta, enganosa, porem, na sua simplicidade: quem, de facto, subiria ao trono para suceder D. João VI? A Regência nomeada pelo falecido rei teria aclamado D. Pedro IV. Este, contudo, era Imperador do Brasil, tendo jurado sua fidelidade à Carta Constitucional brasileira e com isso renunciando à sua nacionalidade portuguesa em prol do novo país que então ele ajudara a criar. A reunificação com o Brasil parecia impossível, para não dizer absurda. O caminho natural da sucessão indicava seu irmão, até então exilado em Viena, D. Miguel. Pedro, entretanto, adaptou a Constituição do Brasil à realidade portuguesa e por intermedio desta outorgou a Carta Constitucional de 24 de abril de 1826 na qual, entre outros dispositivos, abdicava a favor da filha, que teria na figura do seu tio (e futuro marido) D. Miguel um Regente até atingir a maioridade (25 anos). D. Miguel, de facto, retornou da corte de Viena e jurou a Carta (4 de outubro de 1826), tendo sido nomeado Regente pelo seu irmão a 3 de julho de 1827. Entretanto, D. Miguel, que jurara mais uma vez a Carta perante os deputados do Reino (26 de fevereiro de 1828), acabaria por dissolver a Câmara e convocar Cortes, sendo aclamado Rei a 7 de julho de 1828, deflagrando com isso os conflitos que levariam a cabo a Guerra Civil de 1828-1834[18].

Deflagrado, ou tornado (ainda mais) explícito o conflito, a arena de batalha acamparia, mais uma vez, as penas e prelos dos defensores ardorosos dos princípios liberais e monárquicos. De facto, nos parece evidente a forma ainda mais

[17] Basta para isso referirmos a fuga da família Real em 1808, às voltas com a imposição napoleônica de bloqueio à Inglaterra; das incursões, de facto, dos francês por solo português até 1813, dos ecos e rastros revolucionários anteriores à passagem francesa por Portugal e que acabaria por culminar na Revolução Liberal do Porto de 1820, do retorno de D. João VI e do seu juramento à Constituição liberal de 1822, da contrarrevolução ilustrada pela Vilafrancada em 1823 (alusão ao levante de D. Miguel na Vila Franca de Xira cujo objetivo era da restauração da monarquia), da tentativa falhada de golpe promovida por D. Miguel contra o próprio pai (a abrilada) e do seu consequente exílio para a Áustria. Pareciam muitos, como aqui fora muito resumido, os infortúnios portugueses. A que se somariam as mortes de D. João VI, o retorno de D. Miguel e sua revindicação ao trono.

[18] Ramos, Vasconcelos e Souza, Monteiro (Coord.), 2012, pp, pp. 482-483.



cáustica, contundente e grave das acusações que de lado a lado eram trocadas entre os beligerantes do periodicismo português a partir de 1828.

José Agostinho de Macedo ainda era figura destacada dos miguelistas, tendo a seu lado o equipamento propagandístico da Impressão Régia e a permissividade das licenças para com a sua mordaz eloquência denunciar, escarnecer e desmontar o que tomava como escaramuças dos partidários liberais. Foi neste cenário que publicou a *Refutação do monstruoso e revolucionario escripto impresso em Londres intitulado quem he o legitimo Rei de Portugal? Questão Portugueza submetida ao juizo dos homens imparciais*[19], composta em 1828 como resposta da publicação de caracter liberal de António da Silva Lopes Rocha[20], intitulada *Injusta Acclamação do Serenissimo Infante D. Miguel ou Analyse e Refutação Juridica do Assento dos Chamados Três Estados do Reino de Portugal de 11 de Julho de 1828*, obra publicada em Londres na Greenlaw[21].

Seja pelos seus princípios políticos ou ainda pela forma que identifica e denuncia a ação dos homens religiosos, Lopes Rocha acaba por ser vítima de Macedo, que no *Refutação do monstruoso e revolucionario escripto impresso em Londres (…),* ataca tanto a legitimidade da obra, como a idoneidade do seu autor[22] e

[19] José Agostinho de Macedo, Refutação do monstruoso e revolucionario escripto impresso em Londres intitulado quem he o legitimo Rei de Portugal? Questão Portugueza submetida ao juizo dos homens imparciais, 1828 - BPMP, cota W3-8-16

[20] António da Silva Lopes Rocha foi desembargador, homem das leis e se encontrava exilado em Londres na época das querelas com José Agostinho de Macedo.

[21] A obra de Lopes Rocha, pois, pode ser vista como um ensaio baseado nos princípios da lei e sublinhado pelos acontecimentos da história para marcar tanto a legitimidade da abdicação de D. Pedro como, evidente, desmoralizar os movimentos e ideais ultrapassados do absolutismo. Lopes Rocha chega mesmo a atacar a ordem religiosa, mais precisamente os frades, por enganar o povo, que refém da sua própria ignorância às questões políticas, se deixa levar pelas intrigas proferidas no púlpito. Cabe destacar a seguinte citação: «Elles persuadem no pulpito a multidão, as familias no interior dos seus proprios domicilios, e no confessionario a cada individuo em particular. He sobre tudo neste formidavel tribunal, que elles denominarão o da penitencia, aonde exercem as mais abominaveis praticas de publica desmoralização. He ali que armados do terror das penas do inferno, elles ameação os povos de huma condenação eterna, se elles não creem nas suas palavras, e não seguem seus conselhos; tornando-se por este modo a perdição, e o tormendo dos mesmos povos. He ali, que debaixo do sello inviolavel do segredo, elles persuadem; que hum usurpador he o Legitimo Soberano; que os defensores da Legitimidade são traidores; que os verdadeiros realistas são republicanos; que os honrados leaes, e verdadeiros Portuguezes são Pedreiros livres; e que os zelosos declamadores contra os vicios, contra os abusos, contra o fanatismo, contra superstição, e n´huma palavra contra elles mesmos, são huns herejes, blasfemos e atheos, e quando têem assim fanatisada huma milicia credula, e obediente marchão à sua frente a combater a Legitimidade, a honra, e o bem estar da Nação». Rocha, 1823, p. 15

[22] Na edição de N. 5 (10 de dezembro de 1828) da A Besta Esfolada, José Agostinho Macedo ataca de forma virulenta António da Silva Lopes Rocha: O «pamparrotão» liberal «com os seus grandes óculos no chato nariz», que «pertence aos magotes, que andão pelas Tavernas de Inglaterra pedindo huma malga de cerveja pela alma de João Santerre, auctor da Magna Carta que Palmela, para seus



os princípios que defende[23]. Se na *Refutação do monstruoso e revolucionario escripto impresso em Londres (…)* a argumentação se baseou nos pontos cardeais da obra de Antonio da Silva Lopes Rocha, nos números direcionados ao autor na *Besta Esfolada*, as críticas foram mais «pontuais», ainda que Rocha tenha merecido, a meio dos intermináveis preâmbulos de Macedo, citações nas edições de números 5, 6 e 7 do seu jornal. *A Besta Esfolada*[24] foi, portanto, mais uma das produções com a qual José Agostinho de Macedo se empenhou para atacar os liberais, a Carta e a figura e defensores de D. Maria II e seu pai, D. Pedro IV. Os vinte e sete números que deitamos mão formam uma espécie de «ritual» de esfolamento da Besta, que na oratória *macediana* nada mais é do que a «Facção que começou a espinotar em Villa Franca a 3 de junho de 1823, ate 22 de fevereiro de 1828». Macedo indica mesmo ainda para a figura do «Cão malhadiço», representada pela cidade do Porto que «por dezesete vezes se tem amotinado e revolucionado, e por mais que tenha sido malhado, nunca se viu emendado: e se agora de todo naõ derrabaõ este Caõ, ainda que o malhem tornará a morder.»[25]

Fazendo valer os seus antigos escritos, Macedo acreditava que as origens da Besta remontavam à França Revolucionária, semelhante de facto à Besta do Apocalipse e que tinha como lema «hum nome de Blasfemia, que dizia - Abaixo os Thronos, e a terra os altares -»[26] Ora, tratar-se-ia, pois, de uma Besta sem Rei e sem Deus, um sacrilégio para as instituições tradicionais tão zelosamente defendidas por José Agostinho de Macedo. E ao longo dos seus números, ao menos os que tivemos até então conhecimento, José Agostinho de Macedo objetiva por demonstrar e desnudar esta fera, domá-la e vergá-la a sua vontade. Trata, pois, por demonstrar as «manhas da Besta», ou seja, as formas pelas quais os princípios revolucionários e seus agentes se utilizavam para seduzir os incautos portugueses

bens d´alma quer introduzir em Portugal. Macedo, *A Besta Esfolada*, n. 5, 10 de dezembro de 1828 - BPMP, cota P-A-1033.

[23] Para Macedo, a Carta Constitucional de 1826, que Lopes Rocha faz tanta questão de defender, é fruto das intrigas facciosas dos revolucionários, que remetem de forma cínica aos «crimes» cometidos pela Revolução de 1820 em diante. A Lei Fundamental que daria legitimidade à D. Pedro IV, seria, portanto, obra e fabricação dos revolucionários, indo contra a tradição instaurada desde as Cortes de Lamego de 1148 referentes ao direito de sucessão.

[24] A Biblioteca Publica Municipal do Porto possui cópias reimpressas da obra pela Typografia á Praça de Santa Thereza. Contudo, nos registos da mesma instituição, dá-se a saber da sua publicação original pela Typografia de Bulhões, Lisboa, com a já tradicional marca de obra com o beneplácito das licenças de Censura. BPMP, cota P-A-1033.

[25] Macedo, A Besta Esfolada, n. 1, 7 de Julho de 1828, p. 7.

[26] Ibid., p. 11.



que se deixavam levar pelas suas promessas, incluindo aqui, muito naturalmente, as artimanhas dos periodiqueiros liberais e das falsas promessas de liberdade de imprensa e suas instituições[27].

Macedo apontava mesmo para nomes, citando *O Espreitador*, *Velho Liberal do Tejo*, *Velho Liberal do Douro*, *A Gazeta Constitucional*, *O Amigo da Carta*, *Fiscal dos Abusos* e *A Trombeta* como baluartes da conspiração revolucionária e protegidos da Comissão da Censura criada pelos liberais com a Constituição de 1822[28].

Entre os jornais apontados por Macedo como coparticipantes da «mais sacrilegia rebelião», destaca-se o influente *O Velho Liberal do Douro*, impresso na já referida Imprensa de Gandra, agora Imprensa de Gandra & Filhos[29], a partir de 1826. A restauração do absolutismo em 1828 acabaria por interromper a publicação, retomada apenas em 1832 com a chegada das tropas do Exercito da Libertação ao Porto. Seria interrompido de forma definitiva em 1834 após o falecimento do seu redator, o padre Inácio José de Macedo[30].

Tal qual José Agostinho de Macedo, o padre Inácio José de Macedo teve ampla participação nos debates que então se travavam sob a primordial questão da sucessão e o seu desenrolar na Guerra Civil. Tomaremos certo desvio, não para

[27] Vejamos então o que diz a respeito da imprensa em um dos seus textos na Besta: «O homem he livre, logo a Imprensa tambem he livre. Esta he, diz a Besta, a base mais segura, e firme da Regeneração politica das Nações. Que temos nós cá com o Ordinario, Tribunal Ecclesiastico, e com o Desembargo do Paço, Tribunal Civil, para a manifestação dos nossos pensamentos para o bem geral da Nação, e illustração dos Povos? [...] O Artigo da liberdade absoluta de Imprensa he huma Lei, e não he huma Lei; isto implica contradicção, e não he assim; he uma Lei para illudir, e captivar, mas não he huma Lei para se executar. He manha. A melhor Lei que ha, he a lei de Deos, e nada ha mais simples, mais augusto, mais magestoso, e Divino - Não levantarás falsos testemunhos - Isto precisa acaso Lei regulamentar? Não senhor; não se levantão falsos testemunhos, e de huma vez para sempre está dicto tudo, não ha mais que expor, e nada mais que regulamentar. - He livre o Cidadão publica os seus pensamentos pela Imprensa - Quer isto dizer, pode-se imprimir sem Censura previa: acabou-se. Oh que manha? Esta Base já vem com huma restricção mental. He livre a Imprensa quando se tracta de duas cousas, dizer bem de nós os Bestas, e mal de todos os que não adorão a Besta». Macedo, *A Besta Esfolada*, n. 2, 21 de setembro de 1828, pp.11-12.

[28] De acordo com Macedo, «Todos estes monumentos da impiedade, da irreligião, da desmoralisação pública, todas estas sementes, e estes efeitos da mais sacrilegia rebelião, todos estes vehiculos do veneno Liberal, se devem a alguns dos membros da Comissão de Censura, porque a Besta não a levantou para outra cousa. Não me digão-me, qual de tão infames papeis passaria no Ordinario, e no Desembargo? Se havião estes dous Tribunnaes, que veio ca fazer outro intermedio?». Ibid, p. 13.

[29] Da mesma Impressão de Gandra & Filhos foram ainda publicados *O Sol* (1826/1828), *O Arauto Portuense* (1832) e as publicações do Gabinete do Governo de D. Pedro IV, *Noticia Official das Operações do Exercito Libertador* (1832-1833) e *A Chronica Constitucional da Cidade do Porto* (1832-1835).

[30] Tengarrinha, op. cit., pp.417-418.



abordar *O Velho Liberal do Douro*, semanário com mais de 70 edições[31] somados os anos que fora publicado, mas para tratar dos folhetos avulsos que Inácio José de Macedo produzia entre os intervalos de publicação do seu aclamado jornal.

Os 15 folhetos[32], a quatro páginas cada, publicados em 1832 que tomamos conhecimento, nos apresentam a uma escrita mais leve, se comparada ao *Velho Liberal do Douro*, e muito mais ácida, por parte de Inácio de Macedo, a toda sorte de individuos que partilhavam dos princípios miguelistas, incluso, não deixaria de ser, José Agostinho de Macedo. A ligeireza e pontualidade da sua escrita, mesmo a clareza e objetividade dos seus argumentos, a despeito das ironias e da troça frente a alguns dos seus «rivais», se coloca essencialmente de forma contrária à por vezes fastidiosa e cansativa (ainda que bem engendrada) retórica de José Agostinho de Macedo.

Nas *Cartas do Douro ao Tejo*, por exemplo, faz uso da alegoria dos rios em curso de evolução, para espalhar a noticia das conquistas do Exército Libertador de D. Pedro. Crítica, pois, a sua classe religiosa ao mesmo tempo que troça das tropas de D. Miguel, segundo ele defendida por frades «armados de espingardas e crucifixos»[33]. Chega mesmo a «saudar» o Rio Sena, numa clara alusão à França e ao periodicismo local, onde se imprime «votos da humanidade, e justiça por D. Pedro, e pelo Exercito Libertador de Portugal.» Desacredita o periodicismo lisboeta, e principalmente a *Gazeta de Lisboa*, indicando que as manobras escusas do «governo usurpador»[34] atacam de forma mentirosa e ilegítima as publicações liberais[35].

---

[31] Dos 74 números que tomamos conhecimento, seja pela estimativa de Tengarrinha (que deu em 60 os números existentes) ou do que podemos verificar na Biblioteca Publica Municipal do Porto, cotas VR-P[A]-32 (que compreende os n. 1 a 50) e P-A-1322 (que compreende os n. 51 a 74), 56 apareciam com a Licença de publicação logo após a identificação da Impressão de Gandra & Filhos. Dos n. 57 a 74, pois, tais licenças deixam de ser concedidas.

[32] Segue-se a lista dos folhetos publicados por Inácio José de Macedo: Choradeira do Porto... pela vergonhosa fugida dos seus fidalgos, frades, e empregados públicos (duas peças), *Cartas do Douro ao Tejo* (duas peças), *Cartas ao Burro Lopes* (três peças), *Chegou o Papão*, *Malhados são os Malhantes*, *Que Querem Elles?*, *Humilde Memorial ao Sr. Infante D. Miguel*, *Esperteza de Tolos*, *As Ovelhas de Jacob*, *Não Me Quero Comprometer*, *Pena de Talião*, *Corporações e Individuos*, *Caveira de Burro*, *Defesa de Portugal contra o Padre Buella*, Que he um Realista?. Todas as obras estão disponíveis na Biblioteca Publica Municipal do Porto, cota P-A-1322.

[33] Carta do Douro ao Tejo, 16 de agosto de 1832, pp. 1-4.

[34] Ibid., p. pp-3-4.

[35] De facto, no período mais acentuado dos conflitos se observa a multiplicação das publicações de cunho antiliberal e pró-monárquico, em sua maioria financiada e estimuladas pela Impressão Régia. Basta, para referirmos como exemplo as seguintes publicações: *A Contra Mina: Periódico Moral e Político* (1830, de autoria de Fortunato de S. Boaventura), *Carta… de não sei a quem a outro que tal*



Mas foi à Gazeta de Lisboa que Inácio José Azevedo endereçou algumas das suas mais contundentes «pedradas». Tomemos as *Cartas ao Burro Lopes* como exemplo. As três peças compostas por Inácio Macedo formam o corpo de resposta que o liberal julga necessária dar ao redator da *Gazeta de Lisboa*. Toda a exposição irônico-argumentativa de Inácio Macedo parece girar em torno do termo «hum punhado de rebeldes», utilizado de forma corriqueira pelo redator da *Gazeta* e repetido, por entre outros, pelo próprio D. Miguel[36].

Inácio José de Azevedo parece se divertir com o redator da *Gazeta Lisboa*. A sua 2ª Carta ao Burro Lopes parece troçar do repentino silêncio do seu colega de imprensa[37]. Na 3ª Carta, e última, Inácio Macedo tenta até se eximir da culpa pelo nada elogioso título de burro ao redator da Gazeta de Lisboa, destacando que se não fora ele a colocar a alcunha, não seria justo a ele retirá-la. E em meio as citações do elogioso comportamento da imprensa estrangeira frente a causa de D. Pedro IV e D. Maria II, a partir dos jornais *Courier* e *Herald*, Inácio Macedo ainda encontra tempo, por fim, para mais uma vez provocar os miguelistas com os feitos do «hum punhado de rebeldes». Diz ele que o «punhado dos rebeldes ainda por aqui anda. Os saccos, os Crucifixos, e os denodados, e bem nascidos heroes do Portalegra, e Stª Martha de mistura com algumas Freiras, e Frades, ainda não

---

(1830, de Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça), *O Desengano: Periódico Político e Moral* (1830, de José Agostinho de Macedo), *O Amigo dos Portuguezes* (1830, da lavra do beneditino Mateus de Assunção Brandão), *O Farol Realista Sobre as Cavernas Maçonicas* (1830, de autor desconhecido), *Ahi vem o Papão: ou Advertência Política sobre Huma Intentada Agressão contra Portugal* (1831, de José Agostinho de Macedo), *A Hypiatrica: ou Aviso ao Povo sobre as Enfermidades Maçonicas* (1831 também de autoria de Fortunato de S. Boaventura), *O Cacete: Periódico Anti-Revolucionário* (1831), *Defesa de Portugal: Semanário Periódico Politico e Moral* (1831), *Novo Vocabulario Filosofico Democratico Indispensavel para Todos os que Desejam Entender a Lingua Revolucionaria* (1831), *Resposta Analytica ao Chamado Manifesto de Dom Pedro Duque de Bragança / Feita por Hum Procurador dos Tres Estados de Mil oitocentos e Vinte Oito* (1832), *A Justa Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso Rei, e Senhor Nosso, o Senhor D. Miguel I Rei de Portugal e dos Algarves, Novamente Defendida Contra os Manifestos dos Inimigos de Portugal* (1832), *Serias Considerações Políticas Moraes e Religiosas* (1832), *A Expedição de D. Pedro ou a Neutralidade Fingida: Opusculo Traduzido do Inglês em Portuguez* (1832) e a *Chronica Constitucional de Lisboa* (1833).

[36] Dizia então Inácio Macedo: «Ora dize, tua mãe, que Deos haja, ou o Cura da tua Freguezia não te ensinou hum bocadinho de moral Christã, ou se quer hum longe de civilidade para não chamares hum punhado de rebeldes, e impios a hum Exercito brilhante de que he Chefe o Imperador, e DUQUE DE BRAGANÇA, Augusto Pai da nossa Augusta RAINHA, e composto dos melhores Fidalgos da Nação, dos Officiaes de melhor nota na guerra da Peninsula, e de Officiaes Francezes, e Inglezes?». Inácio Macedo, *Carta ao Burro Lopes (1ª)*, pp.1-2.

[37] Diz então o autor: «Amigo: inclina hum pouco a orelha dobradiça, para escutar os queixumes, que a minha amizade tem direito a fazer da tua ingratidão. Ora dize porque depois da primeira remessa do teu orneio periodical, não me fizeste outra? Por ventura ficaste trombudo pela minha primeira carta? Não sabes, pobre jumento, que Boileau também uzava do meu estilo, com pessoas de mais melindre que tu». Inácio Macedo, 2ª Carta ao Burro Lopes, p. 3.



Jantarão no Porto» e que «as bruchas de S. João da Foz, e Azurara são peores que as tuas tias de Lisboa. Que punhado he este de rebeldes?»[38]

Mas não era apenas ao Redator da *Gazeta de Lisboa* que Inácio José Macedo direcionava suas ironias. José Agostinho de Macedo tambem foi vitima da mordaz artilharia liberal, tendo sido lhe dedicado mesmo um folheto, *Chegou o Papão*, resposta à publicação *Ahi Vem o Papão: ou Advertência Política Sobre Huma Intentada Agressão Contra Portugal*[39]. Para o monarquista José Agostinho de Macedo, D. Pedro IV nada mais era do que o verdadeiro e principal flagelo dos portugueses, evidenciado pela forma como este usurpou a coroa ao desrespeitar as tradições assentes nas Leis Fundamentais do Trono, passando por cima dos Três Estados e apartando Portugal das riquezas brasileiras a meio do caminho[40]. Ora, não tardaria para que a resposta liberal viesse. Inácio Macedo, primeiro, demonstra uma debochada surpresa pelo termo papão[41].

Entretanto, uma vez consumado o entendimento da figura do Papão, Inácio José de Macedo trata de fazer troça, se apropriando do termo para beneficio da grandiosidade do Papão que de facto está a papar tudo e a todos pela legitimidade da sua causa[42]. É de se impressionar, de facto, com a elegância troçeira dos argumentos de Inácio Macedo e de como, com certa facilidade, ele desmonta e toma

[38] Por fim, finaliza (como assim fora nas outras duas cartas) suas provocações ao mandar o Burro Lopes de volta a Cachias (Palácio de Caxias em Lisboa, base das operações miguelistas) ter com D. Miguel, como a quem, de facto, indicasse que o redator da Gazeta e todo o corpo de periodiqueiro da causa miguelista representada pelas publicações da Impressão Régia não passavam de uma simples ferramenta de manobra na mão dos miguelistas. Inácio Macedo, 3ª *Carta ao Burro Lopes*, 1832, p. 4.

[39] Como não poderia deixar de ser na tradicional retórica de José Agostinho de Macedo, Ahi vem o Papão é um monumento da retórica longa, fastidiosa e ácida dos males liberais, representados pela figura do Papão D. Pedro IV. Tal bicho papão, de facto, assustaria, pela ótica de Agostinho de Macedo, apenas as criancinhas e desavisados, ao passo que para os ajuizados e adultos, a sua ira e causa nada mais eram do que meras representações vazias das mentiras e ilusões revolucionária.

[40] Rouba-se-nos o Brasil; açoitão os nossos Soldados; hostilisão o nosso Commercio; calcão-se as nossas Leis e costumes; dispõe-se arbitrariamente da Sucessão do Throno; intrigão-nos com as Potencias Estrangeiras; illudem os nossos Alliados; fomenta-se-nos a guerra civil. *Ahi Vem o Papão: ou Advertência Política Sobre Huma Intentada Agressão Contra Portugal*, 1832, p. 4.

[41] Segundo ele, «Revolvi quantos Diccionarios achei para descubrir a etymologia da palavra Papão, e nada pude concluir até que huma velha, que fôra ama dos meninos me disse, que tal palavra não tinha etymologia; que nada significava; mas que mettia medo às crianças para as fazer dormir, quando ellas teimão a chorar». Inácio Macedo, *Chegou o Papão*, 1832, p. 1.

[42] Eis um exemplo claro: «O Papão espera denodadamente que essa chusma fardado-fradesca venha acometter o Porto. O Papão ha de papar os roubos, de que vive a fradaria, não pra si, mas para livrar os Lavradores de Foraes, e infinitas pensões, que fazem a desgraça da Agricultura. O Papão ja aliviou os pescadores de tantas pensões, que os deixão sem comer; e que fazem reverter o seu duro trabalho para gente ociosa. As Freiras de Villa do Conde não hão-de papar o suor do miseravel, que anda dia, e noite ao remo para lhes dar dinheiro com que ellas sustentam gente traidora contra o Throno». Ibid., p. 3.



para si de forma elogiosa o que antes eram acusações, provocações e ironias miguelistas. Para Inácio Macedo, quem está a fugir e chorar não são criancinhas assustadas, mas de facto os frades, os oficiais da justiça da Alfândega e Câmara, os soldados e demais correligionários de D. Miguel, acossados pelas vitórias do Exército Libertador. O Papão, pois, teria como grande objetivo devorar os restos da antiguidade política, sustentada pelos vícios realistas e da igreja, na qual, ao papar suas entidades, tradições e personagens, D. Pedro se afiguraria como ente renovador[43].

E não foi apenas em *Chegou o Papão* que Inácio José de Macedo vergou as difamações dirigidas aos liberais ao seu favor. O redator repete o feito no folheto *Malhado são os Malhantes*. Sendo José Agostinho de Macedo um utilizador contumaz do termo «malhado», que trata de forma pejorativa os adeptos da causa liberal, a resposta dada no *Malhado são os Malhantes* nos parece também uma evidente troça ao miguelista, que a partir de uma interpretação etimológica com base no fenícios, vincula aos malhantes do Porto figuras iluminadas, destinadas a retirar Portugal do caminho das trevas representada pelo ultrapassado monarquismo defendido pelos miguelistas[44]

A figura de Inácio José de Macedo, contudo, fazia produzir em José Agostinho de Macedo e demais partidários da causa absolutista aquilo que o miguelista já alertara, anos antes, nos números da *A Besta Esfolada*. No seu número 16, Macedo expõe os relinchos da besta, apontando mesmo sua mira cáustica para os pervertidos membros das ordens religiosas, grupo no qual figurava também Inácio José de Macedo, e que se deixaram levar tão facilmente pelas falsas promessas liberais. Dizia então que «Frade malhados, Clerigos malhados, mulheres malhadas, são animaes monstruosos no meio da Sociedade. Quando me convenço que effectivamente existem estas criaturas, tambem me convenço que as especies de loucuras são infinitas»[45].

No seu número 8, Agostinho de Macedo trata ainda de expor as patadas da besta, indicando com isso como se engendrou, a partir da Carta Constitucional de

[43] Ibid., p. 4.
[44] Mais: o mesmo diabo aludido por José Agostinho de Azevedo pela sua cor preta é retrabalhado por Inácio José de Macedo de forma a indicar que se o diabo é negro, seriam os frades e monges com suas vestimentas pretas a representação fidedigna de tão infernal bestialidade. Inácio Macedo, *Malhados são os Malhantes*, 1832, pp.1-4.
[45] Macedo, *A Besta Esfolada*, n. 16, 28 de maio de 1829, p. 15.



1826, os alicerces formativos dos grupos que arruinariam as bases governativas assentes na tradição absolutista portuguesa[46]. E tudo, segundo José Agostinho de Macedo, para satisfazer os interesses maçons[47].

Inácio José de Macedo, por seu turno, continuava a publicar seus folhetos. Tão logo saiam às vendas as edições do mais contido *Velho Liberal do Douro*, tornava o seu redator a editar e publicar suas obras mais sediciosas. Fora assim com *Que Querem Elles?*, na qual acusava os opositores do liberalismo de não saberem de facto o que estavam a pedir e lutar, tamanha a dissimulação empregada pelos miguelistas para enganar a todos.[48]

Inácio José de Macedo chega mesmo a fazer um apelo direto à D. Miguel, lhe pregando um sermão ao mesmo tempo demonstrando (uma fingida, talvez?) magnanimidade ao perdoar o Rei absolutista pelas desgraças que lhe foram imputadas[49]; da mesma maneira que, não fazendo cansar sua espirituosidade, publica o reformista *Corporações, e Individuos*, na qual atenta para a urgência e necessidade de se reformarem as corporações, ainda que a despeito dos bons individuos que nelas habitam[50].

---

[46] Nos diz José Agostinho de Macedo que «A Patada consiste em se unirem a huma enfiada de patifes, baixissimos por acções, infames por crimes, velhacos, e ladroes antes de haver Pardaes; Diabos pobres, que não tinhão o que perder, porque nunca tiverão, que possuir, só se a algum esquecesse o sobre o banco o puchavante, e a torquez; huns pellões até desconhecidos até em suas mesmas aldêas. [...] Estes pobretões, de que fallo, são os facinorosos, os que nós sabemos. A estes se unirão tantos Nobres, quantos em seu livro nos apresenta o criminoso Garrett. Que patada!»

[47] Nos é indicado pela seguinte citação: Assentamos pois que a Constituição servio aos Pedreiros, e para os Pedreiros; ambos lucrarão, e para sustentar este canal de ruina, e da morte, e estes atavios, irrisorios, e incapazes de darem a menor consideração, ou menor respeito aos sujeitos, que para serem grandes tinhão em si mesmos, e naqueles de quem vinhão, quanto lhes bastava; pela Constituição se dividio o Reino em partidos, e em facções, e se começou por isto aquella criminosa emigração, e vergonhosa fogida, em que não poucos, e antes muitos nobres, derão huma patada, que só a Besta lhes podia ensinar a dar, e fazer que a dessem. A Besta Esfolada, n. 8, 3 de fevereiro de 1829, p. 13.

[48] *Que Querem Elles?*, 1832, p. 3.

[49] Tomamos o seguinte trecho: [...] eu de todo o meu coração perdoô Vossa Alteza as enormissimas injustiças, que me fez meramente por haver advogado os evidentes Direitos da Senhora Rainha D. Maria II. Vossa Alteza mandou-me prender pelo Corregedor de Belem, e depois de roubar todo o meu dinheiro, e trastes, nem sequer me consentio tirar hum bahú as Apoleces do Banco, e huma caixa de prata para tomar tabaco: sepultou-me depois em hum subterraneo de S. Julião entregue a Telles Jordão, que havia alli envenenado hum Bispo Hespanhol, e deixado morrer ao desamparo alguns outros presos; mandou-me afinal para a Alçada do Porto em hum Hiate velho carregado de Sal, que me servio de colchão; e andei quase naufragado por 17 dias sem comer mais que huma bolacha podre; e isto no meio de meirinhos, e Soldados, que erão Leopardos, como os que conduzirão para Smirna a St Ignacio Martyr. *Humilde Memorial ao Snr. Infante D. Miguel*, 1832, pp. 2-3.

[50] Eis o que tem ele a dizer sobre a questão: «Eu detesto muitos Ministros, e muitos Militares; mas entendo que devem haver Ministros, e Militares. Eu respeito muitos frades, e freiras; mas entendo que não devem existir frades, e freiras. […] As Corporações monasticas, e fradescas forão introduzidas nos seculos da ignorancia, e nas perturbações da Europa. Os Reis antigos não derão



É interessante destacar que tanto para a prosa constitucional de Inácio José de Azevedo, como para a retórica miguelista de José Agostinho de Macedo, a corrupção das atividades religiosas acabava por ser parte de uma engrenagem de engodo político, desenvolvida e aprimorada ora pela tradição absolutista, ora pelo alvorecer das causas revolucionárias. De facto, podemos falar que os debates travados por ambos, sob os auspícios da Impressão Régia e Imprensa de Gandra & Filhos como gabinetes propagandísticos oficial e oficioso, partiam sempre de um mesmo principio. As questões em causa, a defesa dos seus senhores e patronos, para além da dimensão que ocupavam frente suas atividades acabariam mesmo por opor figuras de ideais firmes, mesmo que controversos. Tanto José Agostinho de Macedo, como Inácio José de Macedo não viveram o suficiente para saborear – no caso de José Agostinho, lamentar – o triunfo definitivo de D. Pedro IV e sua filha e futura Rainha D. Maria II. José Agostinho de Macedo faleceria em Pedrouços, no ano de 1832[51]; já Inácio José, retornado à Lisboa, faleceria dois anos depois. Contribuíram, entretanto, para o desenvolvimento das discussões políticas e dos princípios da boa imprensa, ainda que as custas da ironia, das provocações e da polêmica.

Referências

CLAYTON, Tim; O´CONNEL, Sheila**. Bonaparte and the British: prints and propaganda in the age of Napoleon**. London: The British Museum, 2015.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho. **Portugal antigo e moderno: Diccionario geographico, estatistico, chronographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias.** Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, vol. 1, 1873.

MARQUES, João Francisco. A revolução e as invasões francesas no sermonário do padre José Agostinho de Macedo. In **Colóquio A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil**, Universidade do Porto, 1992, pp. 247-264.

PEREIRA, Maria de Conceição Meireles. Mateus da Assunção Brandão versus José Agostinho de Macedo: uma polémica em torno da revolução. In **Colóquio A**

attenção á intrometencia de certas ordens, que com pretextos de piedade inundarão a Europa. A mesma Sociedade Jesuitica, e a Inquisição intrometteo-se em Portugal com Bullas falsas. D. João 3º distrahido com a descuberta do Brazil, e illudido por alguns padres fanaticos não reflectio nos males, que havião necessariamente resultar por admittir similhante pesta no seu Reino». Inácio Macedo, *Oficios e corporaçoens*, 1832.

[51] Nos números da A Besta Esfolada, são várias as referências de José Agostinho de Macedo ao seu estado de saúde. De facto, ao cabo de cada edição do seu jornal, costumava indicar e atualizar o seu estado de saúde, como por exemplo, nos n. 4 de 3 de dezembro de 1828 («Cama da Enfermaria em Pedroiços»), n. 9 de 07 de fevereiro de 1829 («Fora da cama, Pedroiços»), n. 11 de 26 de março de 1829 («Entrevado na cama em Pedroiços») e n. 12 de 23 de abril de 1829 («entrevado, em cima de hum joelho»). Tal ajuda a explicar a periodicidade vacilante dos números da Besta.



Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Universidade do Porto, 1992, pp. 305-321.

PORTUGAL. Constituição Portuguesa de 1822. Disponível em linha em: http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/c1822t1.html. Acesso dia 03/01/2018.

RAMOS, Rui (Coord.), VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 7. ed., 2012.

SOUZA, Jorge Pedro, et. al. O pioneirismo de José Agostinho de Macedo na crítica ao jornalismo em Portugal, **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, Porto, n. 5, 2008, pp.84-95.

TENGARRINHA, José. **Nova História da imprensa portuguesa: das origens a 1865**. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2011.

FONTES

FOGAÇA, Manuel Mendes. **Carta de Manoel Mendes Fogaça, escrita a seu amigo transmontano, sobre huma cousa que observou em Lisboa chamada O observador**, Lisboa, Impressão Régia, 1818.

MACEDO, Inácio José de. **Carta ao Burro Lopes**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de. **2ª Carta ao Burro Lopes**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de. **3ª Carta ao Burro Lopes**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de. **Carta do Douro ao Tejo**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de. **2ª Carta do Douro ao Tejo**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de – **Chegou o Papão**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de. **Humilde Memorial ao Snr. Infante D. Miguel**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de. **Malhado são os Malhantes**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, Inácio José de. **Que Querem Elles?**, Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1832.

MACEDO, José Agostinho de. **A Besta Esfolada**, n. 1, 7 julho de 1828, Lisboa, Typ. da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos.

MACEDO, José Agostinho de. **A Besta Esfolada**, n. 2, 21 de setembro de 1828, Lisboa, Typ. á Praça de Santa Thereza.

MACEDO, José Agostinho de. **A Besta Esfolada**, n. 5, 10 de dezembro de 1828, Lisboa, Typ. á Praça de Santa Thereza.

MACEDO, José Agostinho de. **A Besta Esfolada**, n. 6, 17 de dezembro de 1828, Lisboa, Typ. á Praça de Santa Thereza.

MACEDO, José Agostinho de. **A Besta Esfolada**, n. 7, 24 de dezembro de 1828, Lisboa, Typ. á Praça de Santa Thereza.

MACEDO, José Agostinho de. **A Besta Esfolada**, n. 8, 03 de fevereiro de 1829, Lisboa, Typ. á Praça de Santa Thereza.



MACEDO, José Agostinho de. **A Besta Esfolada**, n. 16, 28 de maio de 1829, Lisboa, Typ. á Praça de Santa Thereza.

MACEDO, José Agostinho de. **A Tripa Virada: Periódico Semanal**, n. 1, Lisboa, Na Officina da Horrorosa Conspiração.

MACEDO, José Agostinho de. **Ahi vem o Papão ou a Advertencia Politica Sobre Huma Intentada Agressão Contra Portugal**, Lisboa, Impressão Régia, 1831.

ROCHA, António da Silva Lopes. **Injusta acclamação do serenissimo infante D. Miguel ou analyse e refutação juridica do assento dos chamados tres estados do reino de Portugal de 11 de Julho de 1828,** Londres, Impresso por Grenlaw, 1828.